INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA - IFRR

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

LILIANE JONES DA SILVA

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO TÉCNICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EPT

BOA VISTA - RR

2026

INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO TÉCNICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EPT

Trabalho de Conclusão de Curso: Relatório de Formação apresentado ao Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a) Francisco Roberto Diniz Araújo

BOA VISTA - RR

2026

USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO TÉCNICO: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EPT

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda o uso de metodologias ativas no ensino técnico e suas contribuições para a aprendizagem dos alunos da EPT. A pesquisa justifica-se pela necessidade de superar práticas pedagógicas tradicionais que, muitas vezes, desconsideram a realidade socioeconômica e as trajetórias de vida dos estudantes, especialmente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo geral consiste em investigar como a aplicação de estratégias centradas no protagonismo estudantil até auxiliar na assimilação de competências técnicas e no desenvolvimento da autonomia. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e caráter exploratória, fundamentada em marcos legais como a Constituição Federal e a LDB, além do referencial teórico de autores como Paulo Freire, Miguel Arroyo e Moacir Gadotti. Os resultados indicam que o uso de metodologias como a aprendizagem baseada em problemas e o ensino por projetos fortalece o vínculo do aluno com a instituição, atribuindo sentido prático ao conhecimento e combatendo a evasão escolar. Conclui-se que as metodologias ativas na Educação Profissional e Tecnológica representam uma ferramenta de emancipação social, capaz de formar sujeitos críticos, independentes e preparados para os desafios contemporâneos do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Metodologias Ativas; Ensino Técnico; EPT; Aprendizagem; Autonomia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....04

2. DESENVOLVIMENTO – REFERENCIAL TEÓRICO.....07

2.1 Metodologias ativas: o ensino e a aprendizagem.....07

2.2A EJA como um direito subjetivo.....08

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA.....09

3.1 Perfil Socioeducacional, Identidade e Trajetórias dos Estudantes da EJA.....10

4. AS CONTRIBUIÇÕES DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA EJA/EPT.....12

4.1 Protagonismo e o combate à evasão.....12

4.2 Desafios enfrentados pelos estudantes da EJA para acessar e permanecer nos cursos da EPT.....14

4.3 Competências técnicas e o desenvolvimento da autonomia nos alunos da EPT.....16

5. METODOLOGIA CIENTÍFICA.....19

6. CONCLUSÃO.....21

7. PLANO DE AÇÃO.....23

8. REFERÊNCIAS.....25

1. INTRODUÇÃO

A educação constitui um dos principais meios para que o indivíduo alcance uma melhor qualidade de vida, bem como estabilidade financeira e profissional. Contudo, diante das complexidades do mundo contemporâneo, muitos acabam desistindo de trilhar esse caminho, abandonando sonhos e objetivos por questões que impedem o prosseguimento dos estudos, o que ocasiona a evasão escolar.

Muitas vezes, esses indivíduos não conseguem retornar ao ensino regular, tornando-se jovens e adultos frustrados por um sistema que impõe barreiras, sem a formação de nível básico ou médio, o ingresso no mercado de trabalho e o acesso ao ensino superior tornam-se metas distantes. Essa realidade constitui uma problemática social e governamental que exige atenção. Com o intuito de oferecer maiores oportunidades a esse público, surge a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma alternativa viável.

Amparada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 e pela LDB- Lei nº 9.394/1996 em seu artigo 37 e 42, ela garante a educação básica e gratuita a quem não teve acesso na idade regular. Dessa forma, visa-se a capacitação desses indivíduos, proporcionando-lhes as condições necessárias para a inserção no mercado de trabalho ou o ingresso no ensino superior.

Diante deste cenário, instituições públicas e particulares oferecem formação profissionalizante integrada ao ensino regular e à EJA. Tais iniciativas visam um processo educativo dinâmico que, além de preparar o estudante, busca qualificá-lo para competir e conquistar oportunidades no mercado de trabalho. Essa integração é fundamental, pois permite que o aprendizado dialogue com as experiências prévias do aluno, proporcionando uma formação integral que vai além da simples instrução profissional, alcançando o desenvolvimento da cidadania e a emancipação social desses sujeitos

Assim, no cenário contemporâneo, a carência de qualificação profissional é um dos principais fatores de exclusão socioeconômica. Para que a formação técnica seja eficaz, é necessário a superação das práticas pedagógicas tradicionais em favor de modelos que coloquem o estudante como protagonista. Nesse contexto, surgem as indagações que formulam o presente trabalho: Quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes da EJA para acessar e permanecer nos cursos da EPT? De que maneira as políticas públicas educacionais têm contemplado a inclusão desses sujeitos? E primordialmente, de que maneira a aplicação de metodologias ativas contribui para a assimilação de competências técnicas e o desenvolvimento

da autonomia nos alunos da EPT?

Por este motivo as metodologias ativas emergem como estratégias fundamentais para potencializar a aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A evolução da transformação digital, impulsionada pelo período pandêmico, consolidou a necessidade de novas abordagens. No ensino técnico, essa reinvenção é ainda mais urgente, pois exige que o aluno desenvolva capacidade resolutiva e pensamento crítico por meio de metodologias que o tornem sujeito ativo de sua formação.

Ao vivenciar o próprio processo de construção do saber, o estudante da EPT atribuiu sentido prático ao conteúdo, desenvolvendo autonomia e competências essenciais para o mercado de trabalho, como criatividade, iniciativa e adaptabilidade. Portanto, o presente estudo, realizado por meio de pesquisa bibliográfica em artigos científicos e obras de referência, tem como norte abordar o uso das metodologias ativas no ensino técnico e suas contribuições para a aprendizagem dos alunos da EPT, assuntos que, por diversas vezes, encontram-se à margem da sociedade devido à falta de acesso a uma educação digna e profissionalizante.

Conforme exposto, este trabalho também se propõe a realizar uma reflexão sobre minha trajetória de formação e atuação profissional, pontuando os saberes acumulados durante a Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Profissional e Tecnológica. Esse caminho foi trilhado por meio dos planos de ensino, leituras, videoaulas e debates nos fóruns, ferramentas que foram essenciais para aprofundar minha compreensão sobre o tema e fundamentar esta pesquisa.

Quanto à base acadêmica da pesquisadora, formada em bacharelado em Direito, área na qual também realiza especialização. No entanto, o interesse pelo magistério levou à busca pela Licenciatura em Letras (Português e Literatura). Por questões profissionais, foi necessário pausar essa graduação no passado; porém, atualmente, os estudos nessa área foram retomados. Embora ainda não atue diretamente na docência ou na gestão escolar, sua experiência prévia no setor administrativo de uma escola particular proporcionou uma visão próxima do cotidiano educacional. Nessa experiência profissional, acompanhou de perto a oferta da EJA integrada a um curso profissionalizante, metodologia cujas imposições tinham como base o reconhecimento de saberes dos estudantes trabalhadores. Uma das práticas pedagógicas consistia no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem para a realização de atividades avaliativas, nas quais os alunos resgatavam e relatavam suas próprias histórias de vida, articulando suas trajetórias pessoais ao processo formativo. Além disso, como resultado do aprendizado prático, os estudantes foram desafiados a desenvolver projetos na forma de

protótipos, aplicando os conhecimentos técnicos na construção de soluções concretas. Contudo, essa realidade também evidencia os desafios da exclusão digital no contexto da educação profissional e tecnológica aliada à educação de jovens e adultos: como nem todos os discentes possuíam acesso pleno à internet ou familiaridade com o ambiente virtual, a equipe docente realizava a impressão desses questionários e conteúdos, entregando os fisicamente todos para garantir a participação e o aprendizado de. Essa percepção prática sobre o uso das tecnologias de informação, aliada à necessidade de flexibilização pedagógica para garantir a inclusão, foi o fator decisivo que motivou a construção desta pesquisa.

2. DESENVOLVIMENTO – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Metodologias ativas: o ensino e a aprendizagem

Nas últimas décadas, no campo educacional, têm-se intensificado discussões relevantes acerca da necessidade de repensar e reformular as práticas de ensino e a atuação pedagógica dos professores. Nesse contexto, busca-se superar os métodos tradicionais, caracterizados pela mera transmissão de conteúdos e pela centralização do processo educativo na figura do docente.

José Moran (2015) destaca que "as instituições educacionais atentas às mudanças escolhem fundamentalmente dois caminhos, um mais suave – mudanças progressivas – e outro mais amplo, com mudanças profundas. No caminho mais suave, elas mantêm o modelo curricular predominante – disciplinar – mas priorizam o envolvimento maior do aluno, com metodologias ativas como o ensino por projetos de forma mais interdisciplinar, o ensino híbrido ou blended e a sala de aula invertida."

As metodologias precisam acompanhar os objetivos pretendidos. Se queremos que os alunos sejam proativos, precisamos adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com apoio de materiais relevantes. Se queremos que sejam criativos, eles precisam experimentar inúmeras novas possibilidades de mostrar sua iniciativa (José Moran, 2015).

Logo, ensinar e aprender se correlacionam com a docência e a discência, pois um depende do outro. Como afirma Freire (1996, p.11), "não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender".

Essa reflexão evidencia que o processo formador não pode ser entendido como mera transferência de conteúdos, mas como uma prática dialógica em que ambos — educador e educando — se constroem mutuamente. O ato de ensinar, portanto, é também um ato de aprender, e o ato de aprender é igualmente um ato de ensinar.

Nessa perspectiva, Freire pontua com clareza que a construção do saber envolve transformação: o estudante deixa de ser visto como receptor passivo e passa a ser reconhecido como sujeito histórico, capaz de agregar valores, cultura e experiências ao conhecimento adquirido. Para o educador, esse movimento é igualmente significativo, pois confirma que sua prática gera resultados concretos e contribui para a emancipação dos sujeitos envolvidos.

Contudo, a método aplicado não tem que ser algo engessado, que esse conhecimento tem que ser algo irrestrito de indagação, que prive o estudante de entender, de questionar o educador do que está sendo ensinado, pois nem tudo pode ser uma verdade absoluta, o indivíduo tem que entender que esse aprender requer sim questionamentos, como preceitua Freire: O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso "bancário" meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no "tratamento" do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos.

2.2 A EJA como um direito subjetivo

O acesso à educação para quem não tem mais a idade para se enquadrar não se configura como mera política pública opcional, mas sim um direito público subjetivo sendo uma garantia constitucional e obrigação estatal, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, preceituado em seu artigo 208, I:

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

Tais dispositivos garantem o acesso e a permanência na educação básica e em outras modalidades, conforme estabelecido nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal:

> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
> Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.
> § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
> § 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
> § 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Esse marco constitucional ganhou novos rumos com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 20 de dezembro de 1996, que se consolidou como regulamento fundamental ao integrar elementos educacionais e jurídicos, conferindo à educação técnica uma identidade própria e articulada ao sistema educacional brasileiro.

3. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade que busca garantir o direito à educação a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade em idade própria. Fundamenta-se na LDB (Lei nº 9.394/1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que reconhecem a educação como direito humano e instrumento de cidadania. Como destaca Gadotti (2009), a EJA não deve ser vista apenas como compensatória, mas como parte de uma política de educação permanente, voltada para a inclusão social e para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Para o autor, ela se constitui como instrumento de cidadania e inclusão social que deve valorizar as experiências de vida dos sujeitos, sendo entendida como um direito humano fundamental que possibilita a emancipação e a participação ativa dos educandos na sociedade.

Do ponto de vista teórico, a EJA se apoia em princípios da andragogia, que valorizam a experiência prévia dos adultos e sua autonomia no processo de aprendizagem. Knowles (1980) afirma que a aprendizagem de adultos é mais eficaz quando relacionada às suas vivências e necessidades práticas. Além disso, a EJA é fortemente influenciada pela educação popular de

Paulo Freire, que defende uma prática dialógica e emancipadora. Para Freire (1996), ensinar exige respeito à autonomia do educando e compromisso com sua formação crítica.

Metodologicamente, a EJA se caracteriza pela flexibilidade curricular e pela adaptação às condições de vida dos estudantes. Arroyo (2006) ressalta que os currículos devem ser construídos a partir das realidades sociais e culturais dos alunos, reconhecendo suas trajetórias e saberes. Nesse sentido, as metodologias ativas, como projetos, estudos de caso e aprendizagem baseada em problemas, tornam-se fundamentais para promover protagonismo e participação, aproximando teoria e prática.

Seus itinerários de sobrevivência, de trabalho e de negação de direitos humanos os constituem como sujeitos. Como tais chegam à EJA disputando o direito a que as matrizes curriculares e a docência reconheçam esses seus itinerários e suas identidades" (ARROYO, 2017, p. 57)

A integração entre EJA e ensino técnico amplia as possibilidades formativas e favorece a inserção no mundo do trabalho. Segundo Moura (2010), a articulação entre educação básica e profissional contribui para uma formação integral, que conecta saberes escolares às demandas produtivas e sociais. Nesse contexto, metodologias ativas permitem que os estudantes desenvolvam competências técnicas e socioemocionais, preparando-os para enfrentar desafios reais do mercado.

Por fim, os fundamentos teóricos e metodológicos da EJA reforçam a importância de uma educação que valorize a diversidade cultural e social dos estudantes, promovendo inclusão e equidade. Ao adotar metodologias ativas no ensino técnico, a EJA não apenas garante acesso à escolarização, mas também potencializa autonomia, criticidade e capacidade de transformação social. Como afirma Freire (1996), “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Essa perspectiva consolida a EJA como espaço de aprendizagem significativa e emancipadora.

3.1 Perfil Socioeducacional, Identidade e Trajetórias dos Estudantes da EJA

Grande parte dos estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) são trabalhadores pobres, sem condições financeiras adequadas, em sua maioria negros e indígenas, que enfrentam cargas horárias de 8 horas diárias e 40 horas semanais, muitas vezes sem o tempo necessário para um descanso digno. Entre eles encontram-se mães, pais e jovens que vislumbram nessa modalidade de ensino uma possibilidade real de mudança de sua realidade.

Por esse motivo, a oferta no turno da noite não deve ser apenas uma escolha de horário, mas uma adaptação pedagógica a esse público. Como bem aborda Gadotti (2009, p. 33) em que a educação se dá em tempo integral, na escola, na família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as nossas experiências e vivências. O tempo de aprender é aqui e agora. Sempre.

Acima de tudo, trata-se de um processo de humanização desses jovens e adultos. Como mencionado por Gadotti (2009) a educação de jovens e adultos é instrumento de cidadania e inclusão social, devendo valorizar as experiências de vida dos sujeitos. A EJA não pode ser concebida apenas como uma ação compensatória, mas como parte de uma política de educação permanente, que reconhece a diversidade cultural e social dos educandos e busca promover sua emancipação. Trata-se de um espaço que deve acolher, respeitar e potencializar os saberes prévios, permitindo que os estudantes se reconheçam como protagonistas de sua própria formação e de sua trajetória de vida.

Estar marcado pelas mazelas sociais não significa estar desamparado, pois a escola pode se constituir como espaço de acolhimento e de acesso ao conhecimento. A pedagogia, articulada à gestão pedagógica, cumpre a função de amparar esses estudantes, garantindo-lhes saberes de fato e de direito.

Logo, esses estudantes não buscam apenas uma garantia de retorno à escola e continuidade dos estudos, mas reivindicam os conhecimentos não adquiridos, fundamentais para sobreviver em uma sociedade que marginaliza quem não possui acesso ao conhecimento formal. Arroyo (2017) destaca que os educandos da EJA não lutam apenas pelos conhecimentos escolares, mas também pelo direito a saberes ausentes de sua história social e de classe. Essa afirmação revela que o retorno à escola é também uma reivindicação de identidade e valorização de trajetórias historicamente negadas.

Nesse sentido, a EPT precisa reconhecer e integrar os saberes prévios desses estudantes, transformando-os em ponto de partida para novas aprendizagens. Essa valorização fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para a permanência escolar.

Assim, valorizar a resistência desses estudantes que buscam exercer o seu direito de adquirir conhecimento é um imperativo para a função pedagógica. Nesse sentido, a EJA é um processo educacional, social e político que liberta o indivíduo da opressão de não possuir conhecimento, conferindo-lhe acesso ao saber, bem como afirma Paulo Freire (1996). Nessa linha, Arroyo (2017) reforça que o discente não busca apenas os conteúdos pragmáticos, mas

também formas de valorização de sua jornada social, racial e de classe, historicamente negada, reivindicando assim seu direito ao conhecimento. Contribuindo com essa fundamentação, Di Pierro (2005) evidencia os limites e avanços das políticas públicas voltadas para essa modalidade, destacando a necessidade de garantir condições reais de permanência e aprendizagem. Assim, a EJA se afirma não apenas como direito, mas como possibilidade concreta de transformação social e de construção de cidadania.

Essa perspectiva teórica articula-se diretamente com a gestão da Educação Profissional e Tecnológica, que precisa assegurar práticas pedagógicas inclusivas e democráticas. Além disso, relaciona-se com metodologias ativas que valorizam o protagonismo dos estudantes da EJA, reconhecendo seus saberes e experiências como ponto de partida para a construção do conhecimento.

4. AS CONTRIBUIÇÕES DAS METODOLOGIAS ATIVAS NA EJA/EPT

4.1 Protagonismo e o combate à evasão

Ao adentrar em sala de aula, o estudante assume o papel de protagonista, visto que a escola se constitui e se mantém com o propósito fundamental de educar e transmitir saberes a esse indivíduo. No entanto, por razões que muitas vezes fogem ao seu controle, ocorre o fenômeno da evasão escolar. Esse processo, frequentemente, é motivado pelo descompasso entre o aluno e os métodos de ensino, ou pela ausência de uma estrutura familiar sólida que suporte a continuidade dos estudos, uma realidade recorrente no cotidiano brasileiro.

O protagonismo estudantil na EJA/EPT é um elemento central para a permanência e o sucesso dos alunos. Paulo Freire (1996) enfatiza que a educação deve ser um ato de liberdade, em que o estudante se reconhece como sujeito ativo na construção do conhecimento. Nesse sentido, metodologias ativas, como projetos e aprendizagem baseada em problemas, permitem que o discente se veja como parte essencial do processo, reduzindo a sensação de exclusão e aumentando o engajamento com os estudos.

Como afirma Freire, “ensinar exige respeito à autonomia do educando e compromisso com sua formação crítica”. Essa ideia reforça que o protagonismo estudantil não é apenas uma estratégia pedagógica, mas um princípio de emancipação, capaz de transformar a realidade social dos alunos da EJA/EPT.

A evasão escolar, por sua vez, é um fenômeno complexo que envolve fatores sociais, econômicos e pedagógicos. Arroyo (2017) destaca que muitos estudantes da EJA enfrentam jornadas de trabalho exaustivas, responsabilidades familiares e condições de vida precárias, o

que dificulta a continuidade dos estudos. Nesse contexto, metodologias ativas podem funcionar como estratégias de acolhimento pedagógico, pois valorizam os saberes prévios dos alunos e criam vínculos entre a escola e sua realidade cotidiana. Arroyo lembra que

> Outras crianças, outros adolescentes, jovens e adultos das periferias, dos campos, trabalhadores, pobres, negros, indígenas e quilombolas que vão chegando às escolas públicas e à EJA não lutam apenas pelos conhecimentos escolares a que têm direito. Disputam o direito a conhecimentos ausentes, sobre seu sobreviver, seu resistir. Saberes de outra história social, racial e de classe que vivenciam e que têm direito a saber para entender-se. (Arroyo, 2017, p. 15).

Além disso, o combate à evasão exige que a escola assuma uma postura ativa e democrática. Gadotti (2009) argumenta que a instituição deve ser capaz de dialogar com os estudantes, compreender suas dificuldades e propor alternativas pedagógicas que favoreçam sua permanência. As metodologias ativas, ao promoverem participação e colaboração, fortalecem esse diálogo e tornam o ambiente escolar mais inclusivo, reduzindo o descompasso entre ensino e realidade social. Reforçando que a educação de jovens e adultos é instrumento de cidadania e inclusão social, devendo valorizar as experiências de vida dos sujeitos. A EJA não pode ser concebida apenas como ação compensatória, mas como política de educação permanente.

Soares (2011) complementa que "a EJA deve ser compreendida como política pública que assegure não apenas o acesso, mas também práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade cultural e social dos educandos, garantindo condições reais de permanência e aprendizagem."

Outro aspecto relevante é a relação entre protagonismo e autoestima. Quando o estudante percebe que sua experiência de vida é reconhecida como parte do processo educativo, ele se sente valorizado e motivado a permanecer na escola. Di Pierro (2005) ressalta que políticas públicas voltadas para a EJA devem garantir não apenas o acesso, mas também condições reais de permanência e aprendizagem. Nesse sentido, metodologias ativas contribuem para que o aluno se veja como capaz de aprender e transformar sua realidade.

Por fim, é importante destacar que o protagonismo estudantil e o combate à evasão não são apenas questões pedagógicas, mas também sociais e políticas. A EJA/EPT, ao adotar metodologias ativas, reafirma seu compromisso com a inclusão e com a construção de cidadania. Como afirma Freire (1996), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Essa perspectiva reforça que a luta contra a evasão passa pela valorização do estudante como sujeito histórico, capaz de resistir e transformar sua própria trajetória.

Assim, metodologias ativas se configuram como instrumentos de resistência e permanência, pois permitem que os alunos se reconheçam como protagonistas de sua aprendizagem e de sua vida social. Ao integrar experiências pessoais, saberes comunitários e práticas pedagógicas inovadoras, a escola se torna um espaço de acolhimento e transformação, capaz de reduzir os índices de evasão e fortalecer o vínculo entre estudante e instituição.

Nesse sentido, o protagonismo não deve ser entendido apenas como participação em atividades escolares, mas como a capacidade de o aluno se perceber como agente de mudança. Arroyo (2017) enfatiza que os educandos da EJA não buscam apenas conteúdos pragmáticos, mas também formas de valorização de sua jornada social, racial e de classe. As metodologias ativas, ao reconhecerem esses saberes, contribuem para que o estudante se sinta parte legítima do processo educativo.

O combate à evasão, portanto, exige políticas públicas eficazes, mas também práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos estudantes. Gadotti (2009) lembra que a escola deve ser capaz de compreender as causas do afastamento e propor alternativas que favoreçam o retorno e a permanência. Nesse contexto, metodologias ativas se tornam aliadas estratégicas, pois aproximam o ensino da vida cotidiana e fortalecem a motivação dos alunos.

Em síntese, protagonismo e combate à evasão são dimensões inseparáveis na EJA/EPT. Ao valorizar o estudante como sujeito ativo e ao adotar metodologias que reconhecem sua realidade, a escola cumpre sua função social de garantir não apenas acesso, mas também permanência e sucesso escolar. Dessa forma, a EJA/EPT se afirma como espaço de emancipação, inclusão e transformação social, reafirmando seu papel na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

4.2 Desafios enfrentados pelos estudantes da EJA para acessar e permanecer nos cursos da EPT

O ingresso e a permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) configuram um campo de problemática que envolve fatores sociais, econômicos, culturais e pedagógicos. Embora a EPT represente uma possibilidade concreta de qualificação profissional e inclusão social, os desafios enfrentados por esse público revelam a necessidade de políticas educacionais mais integradas e sensíveis às suas especificidades, pois de nada adianta ampliar a oferta de matrículas se não houver melhorias estruturais no sistema que assegurem condições reais de permanência e conclusão.

1. Desafios socioeconômicos

Grande parte dos estudantes da EJA provém de contextos de vulnerabilidade social, marcados por baixa renda, precariedade habitacional e falta de acesso a serviços básicos. Essas condições dificultam o acesso físico às instituições de ensino, seja pela ausência de transporte público adequado, seja pela necessidade de priorizar o sustento familiar em detrimento da escolarização. Como aponta Arroyo (2017), a exclusão educacional está intimamente ligada à exclusão social, e não pode ser analisada de forma isolada.

2. Conciliação entre trabalho, família e estudo

Os estudantes da EJA são, em sua maioria, trabalhadores que enfrentam jornadas extensas e desgastantes. A sobreposição de responsabilidades familiares e profissionais limita o tempo disponível para os estudos e gera altos índices de evasão. Di Pierro (2005) destaca que a permanência escolar desse público depende de estratégias institucionais que reconheçam sua condição de trabalhador-estudante, como flexibilização de horários, oferta de ensino híbrido e currículos adaptados.

3. Desafios pedagógicos

A trajetória escolar interrompida desses sujeitos resulta em lacunas de aprendizagem que dificultam o acompanhamento das disciplinas técnicas da EPT. Muitos cursos ainda adotam metodologias tradicionais, pouco dialogadas com a realidade dos jovens e adultos, o que gera desmotivação e abandono. Freire (1996) defende que a educação de adultos deve partir da experiência de vida dos estudantes, valorizando seus saberes prévios e promovendo uma aprendizagem significativa.

4. Oferta limitada e desigual

A distribuição dos cursos da EPT voltados para a EJA é desigual no território brasileiro. Regiões periféricas e rurais apresentam escassez de instituições e modalidades de ensino, o que restringe o acesso e perpetua desigualdades regionais. Essa limitação reforça a exclusão educacional e evidencia a necessidade de políticas públicas que ampliem a oferta de cursos técnicos e tecnológicos em áreas menos favorecidas.

5. Políticas de permanência insuficientes

A ausência de programas de assistência estudantil consistentes, como bolsas de estudo, auxílio transporte e alimentação, compromete a permanência dos estudantes. Embora iniciativas

recentes, como o programa Pé de Meia, representem avanços, ainda são insuficientes diante da complexidade das demandas. A permanência escolar exige não apenas apoio financeiro, mas também acompanhamento pedagógico e psicológico.

6. Questões culturais e simbólicas

Além dos fatores materiais, há barreiras simbólicas que dificultam a permanência. Muitos estudantes da EJA carregam marcas de fracasso escolar anterior, baixa autoestima e preconceito social em relação à sua condição de "retorno tardio" à escola. Essas questões impactam a motivação e exigem práticas pedagógicas que promovam acolhimento, valorização da identidade e construção de pertencimento.

7. Impactos da evasão

A evasão escolar na EJA-EPT não representa apenas a perda individual de oportunidades, mas também um impacto coletivo. A não conclusão da formação técnica limita a inserção no mercado de trabalho, perpetua ciclos de pobreza e reduz a competitividade econômica do país. Nesse sentido, garantir acesso e permanência é também uma questão de desenvolvimento social e econômico.

4.3 Competências técnicas e o desenvolvimento da autonomia nos alunos da EPT

O desenvolvimento de competências técnicas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) exige práticas pedagógicas que ultrapassem a simples transmissão de conteúdo. As metodologias ativas, ao colocarem o estudante como protagonista, favorecem não apenas a aquisição de habilidades específicas, mas também a construção da autonomia, elemento essencial para a formação integral.

Paulo Freire, em Pedagogia da Autonomia, defende que ensinar é criar possibilidades para a produção do conhecimento. Essa perspectiva se conecta diretamente ao uso de metodologias ativas, que estimulam o aluno a investigar, refletir e aplicar saberes técnicos em situações reais, desenvolvendo competências e autonomia de forma simultânea.

As competências técnicas, como operação de equipamentos, leitura de projetos e resolução de problemas, tornam-se mais significativas quando trabalhadas em contextos práticos. Metodologias como a aprendizagem baseada em projetos permitem que os alunos mobilizem conhecimentos técnicos em desafios concretos, exercitando também sua capacidade de tomar decisões de forma autônoma. É justamente nessa mobilização que se consolida a superação da dicotomia histórica entre teoria e prática na EPT. O conhecimento científico

ministrado em sala de aula deixa de ser um conceito abstrato e ganha materialidade na resolução de problemas reais, garantindo que o saber e o fazer caminhem de forma indissociável (Moura, 2010).

Gadotti (2009) defende que a educação de jovens e adultos deve ser emancipadora, voltada para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua realidade. Para ele, a EJA não é apenas uma política compensatória, mas um espaço de cidadania e inclusão.

Essa perspectiva amplia o sentido da educação técnica, pois não se limita ao domínio de habilidades operacionais, mas busca formar indivíduos capazes de refletir sobre o mundo do trabalho e agir de forma criativa e responsável. Assim, a emancipação proposta por Gadotti dialoga diretamente com metodologias ativas, que estimulam protagonismo e autonomia.

A autonomia, nesse contexto, não é apenas independência individual, mas a capacidade de agir de forma consciente e responsável. Ao trabalhar em grupos com metodologias de aprendizagem colaborativa, os alunos desenvolvem competências técnicas e socioemocionais, aprendendo a negociar, dividir responsabilidades e construir soluções coletivas.

Freire destaca a importância do diálogo como prática educativa. As metodologias ativas criam espaços de escuta e participação, permitindo que os alunos expressem suas experiências e saberes prévios. Esse diálogo fortalece tanto o aprendizado técnico quanto a autonomia, pois o estudante reconhece-se como sujeito ativo no processo educativo.

A aprendizagem baseada em problemas é outro recurso que contribui para o desenvolvimento da autonomia. Ao enfrentar situações complexas, os alunos da EPT precisam investigar, propor soluções e aplicar competências técnicas de forma criativa, preparando-se para lidar com os desafios do mundo do trabalho em constante transformação. No contexto da EPT/EJA, essa resolução de problemas frequentemente se materializa no desenvolvimento de projetos na forma de protótipos, onde o aluno é desafiado a materializar a teoria científica em uma solução tecnológica concreta, aproximando o trabalho intelectual do trabalho manual.

Gadotti enfatiza que a educação deve ser significativa e contextualizada. As metodologias ativas, ao aproximarem o ensino técnico da realidade dos alunos, tornam o aprendizado mais relevante e motivador. Essa contextualização fortalece a autonomia, pois o estudante percebe sentido em sua formação e engaja-se de maneira consciente no desenvolvimento de suas competências.

O uso de metodologias ativas também rompe com práticas tradicionais que limitam a criatividade e a iniciativa dos alunos. Essa ruptura atua contra a divisão taylorista do trabalho, que tradicionalmente separava quem planeja (o saber) de quem executa (o fazer diretamente). Ao unir a ação e a reflexão teórica na mesma atividade, promove-se a chamada práxis pedagógica, transformando o adestramento mecânico em apropriação consciente da tecnologia. Ao contrário, essas metodologias incentivam a experimentação, a reflexão crítica e a tomada de decisões, elementos fundamentais para a construção de competências técnicas sólidas e para o exercício da autonomia.

Assim, o desenvolvimento de competências técnicas na EPT, aliado às metodologias ativas, não se restringe à formação de profissionais aptos a executar tarefas. Trata-se de formar sujeitos autônomos, críticos e criativos, capazes de transformar sua realidade e contribuir para uma sociedade mais justa e democrática, em consonância com os princípios defendidos por Freire e Gadotti.

5. METODOLOGIA CIENTÍFICA

O presente trabalho adota uma abordagem de natureza qualitativa, fundamentando-se em uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, abordando ideias e conceitos apresentados por estudiosos da área. De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa é de extrema importância para os estudos nas ciências sociais pois busca explicar "o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens".

Para que o estudo tenha rigor científico, utiliza-se uma metodologia como o "caminho a ser seguido", funcionando como um instrumental para a pesquisa, conforme define Demo (1995). A execução desta pesquisa dividiu-se nas seguintes etapas:

1- Levantamento Bibliográfico: A busca por fontes secundárias foi realizada em base de dados reconhecidas pela comunidade acadêmica, como Google Acadêmico, plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online), Portal Periódicos da CAPES e Oasisbr (Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto).

2- Critérios de Seleção: Para a composição do corpus de análise, foram utilizadas palavras-chave como Metodologias Ativas, Educação Profissional e Tecnológica e EJA, bem como suas associações.

- Inclusão: artigos científicos, monografias, dissertações e livros publicados prioritariamente entre 1996 e 2026, em português ou inglês, que tratem diretamente da temática.
- Exclusão: materiais sem revisão acadêmica, publicações fora do recorte temporal ou que não abordem a relação entre EJA/EPT e metodologias ativas.
- Relevância: priorização de obras publicadas em bases científicas reconhecidas, como SciELO, CAPES Periódicos e Oasisbr, além de livros de referência consagrados na área.

3- Análise de Dados: O material coletado passou por uma triagem inicial por meio da leitura dos resumos e conclusões. Após a seleção das obras aderentes ao tema, realizou-se uma leitura analítica e interpretativa, buscando confrontar as ideias dos autores citados com a realidade da EPT. Conforme Marconi e Lakatos (2003), esse processo coloca o pesquisador em contato direto com o que foi produzido sobre o assunto, permitindo uma análise criteriosa que fundamenta os resultados deste estudo.

Desta forma, o estudo consiste na análise de monografias, artigos científicos e periódicos que buscaram explorar a proposta temática. O intuito é demonstrar a relevância das metodologias ativas, promovendo o enriquecimento da discussão acadêmica e contribuindo para o avanço dos estudos sociais e pedagógicos voltados para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

6. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar o uso de metodologias ativas no ensino técnico e suas contribuições para a aprendizagem dos alunos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A partir da perspectiva freireana, que entende a educação como prática da liberdade, e da defesa de Gadotti pela educação emancipadora, foi possível compreender que práticas pedagógicas centradas no protagonismo do estudante representam um caminho para superar desafios históricos da educação técnica, especialmente quando voltada ao público da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A análise realizada nos capítulos anteriores evidenciou que os estudantes da EJA enfrentam obstáculos significativos para acessar e permanecer nos cursos da EPT, relacionados a fatores socioeconômicos, culturais e pedagógicos. A vulnerabilidade social, a conciliação entre trabalho e estudo, as lacunas de aprendizagem e as barreiras simbólicas revelam que a permanência não depende apenas da oferta de vagas, mas de políticas educacionais e práticas pedagógicas capazes de acolher e fortalecer esses sujeitos. Nesse sentido, as metodologias ativas se apresentam como alternativas concretas para promover a permanência e a aprendizagem, ao valorizar os saberes prévios, estimular o diálogo e desenvolver a autonomia.

O desenvolvimento de competências técnicas na EPT, quando articulado às metodologias ativas, não se restringe ao domínio de habilidades operacionais. Trata-se de formar sujeitos capazes de compreender o sentido de sua prática, refletir criticamente sobre o mundo do trabalho e agir de forma consciente e criativa. Práticas como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida e a aprendizagem colaborativa demonstram potencial para integrar teoria e prática, estimular a investigação e promover a cooperação, elementos indispensáveis para a formação integral.

Sob essa ótica da formação integral, a articulação promovida pelas metodologias ativas cumpre o papel crucial de superar a dicotomia histórica entre o trabalho intelectual e o trabalho manual na EPT. Ao transitar do modelo tradicional de mera transmissão para espaços de experimentação, o ensino técnico rompe com uma lógica fragmentada que separa a teoria (o pensar) da prática (o fazer). Essa integração consolida o princípio da indissociabilidade, em que os fundamentos científicos e tecnológicos ganham materialidade e sentido real por meio da ação reflexiva do estudante trabalhador.

Do ponto de vista das contribuições, este estudo reforça a importância de repensar o ensino técnico a partir de práticas pedagógicas inovadoras, que reconheçam as especificidades dos estudantes da EJA e promovam sua inclusão efetiva. Ao mesmo tempo, aponta para a

necessidade de políticas públicas que garantam condições materiais de acesso e permanência, como assistência estudantil, flexibilização de horários e ampliação da oferta de cursos em regiões periféricas e rurais. A combinação entre políticas estruturais e metodologias ativas pode constituir um caminho sólido para a democratização da EPT.

Além disso, é fundamental destacar os impactos sociais da permanência e conclusão dos cursos técnicos. A formação de profissionais qualificados contribui para a inserção no mercado de trabalho, a redução da desigualdade social e o fortalecimento da economia. Mais do que isso, promove a emancipação dos sujeitos, que passam a se reconhecer como protagonistas de sua própria história e capazes de transformar sua realidade. Nesse sentido, a EPT cumpre não apenas uma função formativa, mas também social e política, ao possibilitar inclusão e cidadania.

Diante disso, a transposição dessas metodologias para a realidade escolar viabiliza a concretização da práxis pedagógica defendida no decorrer desta pesquisa. O resgate de saberes avisos por meio de narrativas de vida e a posterior aplicação do conhecimento técnico no desenvolvimento de soluções concretas, como a elaboração de protótipos, exemplificam como a teoria e a prática se alimentam mutuamente. O estudante da EJA deixa de ser um mero executor de tarefas determinadas pelo mercado para se tornar um sujeito social de proteção da ciência e da tecnologia que move o processo produtivo.

É importante reconhecer, contudo, que este trabalho apresenta limitações. A análise concentrou-se em referenciais teóricos e em discussões gerais sobre metodologias ativas, sem aprofundar em estudos de caso específicos de cursos técnicos. Pesquisas futuras podem explorar experiências concretas de aplicação dessas metodologias em diferentes áreas da EPT, avaliando seus impactos na aprendizagem e na permanência dos estudantes da EJA. Também seria relevante investigar como políticas públicas recentes, como o programa Pé-de-Meia, podem dialogar com práticas pedagógicas inovadoras para ampliar a permanência escolar.

Em resumo, conclui-se que o uso de metodologias ativas no ensino técnico representa uma contribuição significativa para a aprendizagem dos alunos da EPT, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de competências técnicas e da autonomia. Mais do que formar profissionais aptos a executar tarefas, trata-se de formar sujeitos críticos e criativos, capazes de transformar sua realidade e contribuir para uma sociedade mais justa e democrática, em consonância com os princípios defendidos por Paulo Freire e Moacir Gadotti.

7. PLANO DE AÇÃO

O presente plano de ação foi elaborado a partir da análise desenvolvida neste Trabalho de Conclusão de Curso, cujo foco é o uso de metodologias ativas no ensino técnico e suas contribuições para a aprendizagem dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Considerando os desafios socioeconômicos, culturais e pedagógicos enfrentados por esse público, o plano busca propor estratégias que favoreçam o protagonismo estudantil, a permanência escolar e o desenvolvimento da autonomia, em consonância com os princípios defendidos por Paulo Freire e Moacir Gadotti.

Para além de um desenho metodológico, esta proposta visa materializar o princípio da indissociabilidade entre a teoria e a prática no cotidiano escolar. Ao estruturar ações que partem do reconhecimento dos saberes e das histórias de vida dos estudantes trabalhadores, e culminam na resolução de problemas reais por meio do desenvolvimento de projetos em formato de protótipos, busca-se romper com a fragmentação tradicional entre o planejado e o executado. Assim, as etapas descritas a seguir configuram um roteiro pedagógico para transformar a sala de aula técnica em um espaço de práxis, inclusão e emancipação social.

Elemento	Descrição
Problema	Os alunos da EJA enfrentaram dificuldades para acesso e permanência nos cursos da EPT devido a métodos tradicionais e descontextualizados, que separam o aluno da teoria da prática e aumentam os índices de evasão escolar.
Objetivo	Demonstrar a solução prática de aplicar metodologias ativas na EJA/EPT para teoria e prática articuladas, fortalecendo a permanência, o protagonismo e a autonomia dos alunos trabalhadores.
Público-alvo	Estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) matriculados nos cursos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), docentes e equipe pedagógica.
Ações	- Aplicar metodologia ativas (aprendizagem baseada em projetos, estudos de caso e sala de aula invertida). - Valorizar os saberes profissionais e as histórias de vida dos estudantes.

	- Integrar teoria e prática em atividades contextualizadas com a realidade do trabalho.
Etapas de Implementação	1. Mapeamento Pedagógico: Diagnóstico dos saberes prévios e da realidade do trabalho dos alunos através de questionários e escuta ativa. 2. Reestruturação Curricular: Planejamento de propostas interdisciplinares que unam as disciplinas técnicas e propedêuticas. 3. Oficinas Práticas: Execução de estudos de caso e projetos práticos em laboratório onde os alunos aplicam a teoria na resolução de problemas reais. 4. Avaliação Formativa: Acompanhamento do desenvolvimento da autonomia, das competências técnicas e da construção de soluções concretas (protótipos).
Cronograma de Execução	- Mês 1: Mapeamento do perfil dos estudantes e acolhimento de suas trajetórias. - Mês 2: Planejamento das metodologias ativas e reestruturação dos planos de aula integrando teoria e prática. - Meses 3 a 5: Aplicação prática dos projetos integradores com os estudantes e desenvolvimento de protótipos. - Mês 6: Apresentação dos resultados e dos projetos desenvolvidos à comunidade escolar. - Mês 7: Consolidação dos dados pedagógicos, avaliação dos índices de permanência e encerramento do ciclo.
Resultados esperados	- Evidenciar que a indissociabilidade entre teoria e prática reduz a evasão e fortalece a permanência escolar na EJA. - Demonstrar o desenvolvimento de protagonismo, autonomia e competências técnicas nos estudantes. - Reafirmar a EPT como espaço de inclusão, cidadania e emancipação social, superando a divisão entre o saber e o fazer.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.Acesso em: 25 março 2026.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal de Periódicos CAPES. Brasília: CAPES, c2026. Base de dados. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W4405615902. Acesso em: 25 março 2026.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal de Periódicos CAPES. Brasília: CAPES, c2026. Base de dados. Disponível em: https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W3143511705. Acesso em: 29 março 2026.

FACCAT – Faculdade de Taquara. Revista Redin. Taquara: FACCAT, c2020. Disponível em: https://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/1082. Acesso em: 29 março2026.

GOOGLE BOOKS. Miguel Arroyo (2017). Google, c2017. Disponível em: https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=WCZFDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=Miguel+Arroyo+(2017)&ots=keCVPAOoKA&sig=GCHsYDV6KJa4XxR2NMgW4hbwFoc. Acesso em: 29 março 2026. 15 e 57 p.

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. OasisBR – Educação de Jovens e Adultos. Brasília: IBICT, c2020. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/EAA-1_128fcc6cc6f55bf621bba81bb19b2773. Acesso em: 29 março 2026.

KONEKTA COMMERCE. Educação de Jovens e Adultos. Digital Ocean Spaces, c2020. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/educacao-de-jovens-e-adultos-12ed11-89261-1.pdf. Acesso em: 29 março 2026.

KNOWLES, Malcolm S.; HOLTON III, Elwood F.; SWANSON, Richard A. Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. Rio de Janeiro: Campus, 2009. Disponível em: https://osaberdigital.com.br/wp-content/uploads/2024/11/Aprendizagem-de-Resultados-Malcolm-Knowles.pdf. Acesso em: 29 abril 2026.

NOGUEIRA, Professor. Mudando Moran. WordPress, c2017. Disponível em: https://professornogueira.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/08/mudando_moran.pdf. Acesso em: 29 março 2026.

RUANO, Elizabeth. Demo (1996) – Metodologias alternativas: algumas pistas introdutórias. WordPress, c2016. Disponível em: https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2016/08/demo-1996-metodologias-alternativas-algumas-pistas-introdutc3b3rias.pdf. Acesso em: 29 março 2026.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online. Artigo científico. São Paulo: SCIELO, c2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/mbngdHjkWrYGVX96G7BWNRg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 abril 2026.

SCIELO – Scientific Electronic Library Online. SciELO. São Paulo: SCIELO, c2020. Base de dados. Disponível em: https://scielo.org/.Acesso em: 01 abril 2026.

SEMIÁRIDO DE VISU – Revista Semiarido de Visu. Artigo científico. Instituto Federal do Sertão Pernambucano, c2020. Disponível em: https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/38/174. Acesso em: 01 abril 2026.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Repositório Institucional da UnB. Brasília: UnB, c2017. Disponível em: http://bdm.unb.br/handle/10483/18556. Acesso em: 03 abril 2026.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Manoela Gonçalves dos Santos – Trabalho acadêmico. Brasília: UnB, c2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18556/1/2017_ManoelaGoncalvesdosSantos. Acesso em: 03 abril 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. LUME – Repositório Digital da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, c2012. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 abril 2026.

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens.** Petrópolis: Vozes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 2009. 33 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Programa Pé-de-Meia: guia de implementação.** Brasília: MEC, 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Relatório do Grupo de Trabalho da Educação de Jovens e Adultos (GTT-EJA).** Brasília: MEC, 2024.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos: articulações possíveis.** Brasília: MEC, 2010.

SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos: políticas públicas e práticas pedagógicas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

UNESCO. **Educação de Jovens e Adultos: tendências e desafios.** Brasília: UNESCO, 2010.